



do hábito à resistência

FREIRAS EM TEMPOS
DE DITADURA MILITAR
NO BRASIL

Caroline Jaques Cubas

Rio de Janeiro
2016

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA



ARQUIVO NACIONAL



SUMÁRIO

PREFÁCIO Maria José Rosado 15

INTRODUÇÃO 19

1 MUDANÇAS DE HÁBITOS transformações visíveis
e novos sentidos para a vida religiosa feminina 30

A IGREJA CATÓLICA E A VIDA RELIGIOSA FEMININA NO SÉCULO XX 31

AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NAS PÁGINAS DE REVISTAS E JORNAIS 38

O HÁBITO RELIGIOSO E SUAS SIGNIFICAÇÕES 43

TEMPOS DE EMANCIPAÇÃO 52

UMA VIRADA SOCIAL em busca de novos rumos 62

2 O SOCIAL, O POLÍTICO, O RELIGIOSO enfrentamentos 72

IGREJA E ESTADO: BREVES CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA IMPRENSA 74

FREIRAS “SUBVERSIVAS” EM ESPAÇOS ESCOLARES 85

“ERA EVIDENTE QUE OS PADRES DE PASSEATA E AS FREIRAS DE MINISSAIA
ERAM CRISTÃOS SEM DEUS, SEM MISSA E SEM ORAÇÕES” 103

3 FREIRAS E A DITADURA CIVIL-MILITAR recrudescimento e lutas democráticas 108

ABRIGO E SOLIDARIEDADE 131

A DIVULGAÇÃO DA TORTURA E DA REPRESSÃO 143

LUTAS SOCIAIS COMO FORMA DE RESISTIR 149

4 A EXACERBAÇÃO DA VIOLÊNCIA 161

MADRE MAURINA BORGES DA SILVEIRA 162

ALÉM DAS FRONTEIRAS NACIONAIS 180

AS FREIRAS FRANCESAS 185

CONSIDERAÇÕES FINAIS 193

FONTES 199

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 213

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho sobre freiras em tempos de ditadura militar. Por mais que apresente desdobramentos, relações e possibilidades, todos estes elementos voltam-se aqui ao exercício de compreensão da vida religiosa feminina ativa em um período de transformações culturais, institucionais e, especialmente, de embates político-sociais.

O título *Do hábito à resistência*: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil anuncia as principais proposições. Não é nossa intenção opor o hábito ao ato de resistir, mas, ao contrário, apresentar imbricações. A referência ao hábito sugere tanto aquele construído durante o processo de formação religiosa, as práticas, costumes ou o “jeito de freira”, parafraseando Miriam Pillar Grossi,¹ quanto às vestes religiosas, que durante séculos foram obrigatoriamente utilizadas por aquelas que se dedicavam à vida institucionalmente atrelada à religião católica. Ambos os hábitos foram submetidos a transformações e ressignificações, especialmente a partir do início da década de 1960, com a realização do Concílio Vaticano II (CVII). Os documentos publicados a partir das reuniões conciliares propunham mudanças, dentre as quais citamos justamente a possibilidade de abandono gradual do hábito religioso como forma de promover uma maior aproximação entre religiosos, religiosas e fiéis.

Em termos pastorais e eclesiológicos, o Concílio apresenta algumas ideias/necessidades-chave para um reposicionamento da Igreja como instituição nos chamados tempos modernos. Uma delas é o *aggiornamento*. Esta noção, compreendida literalmente como atualização e renovação, propunha a inserção da Igreja no mundo moderno, abrindo-se às exigências deste e trabalhando em prol da construção de uma sociedade cristã renovada. Para tanto, a Igreja, através do CVII, precisou abrir-se à dimensão das realidades temporais, da política, do social e da cultura.² Neste sentido, a atuação de padres e freiras ganhou fundamental importância uma vez que seriam eles e elas, por meio de suas obras, os anunciadores principais das mudanças e os responsáveis por propagar tais ideias de transformação. Com este objetivo anunciado, algumas modificações também foram acrescidas à vida religiosa, afinal acreditava-se

¹ GROSSI, Miriam Pillar. Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina.

² LORSCHIEDER, Aloísio. Linhas mestras do Concílio Ecumênico Vaticano II. p. 45.

que barreiras deveriam ser transpostas. As possibilidades de abandono gradual do hábito religioso e da batina, assim como a vida em inserção, foram sugeridas com esse propósito. As propostas conciliares institucionalizaram, dessa forma, a necessidade do ato.

Tal ato, todavia, transcendeu à premissa de aproximação entre religiosos e fiéis, ganhando outros contornos, nem sempre desejados pela hierarquia da Igreja Católica. Como exemplo, citamos em alguns casos um efetivo engajamento social e especialmente político, ao longo dos anos 1960, 1970 e início da década de 1980. O desenvolvimento da Teologia da Libertação pode ser apontado como exemplo de maiores proporções.³ Tais engajamentos eram incitados tanto por situações de pobreza, ou mesmo miserabilidade, que atingia os países da América Latina, dentre os quais o Brasil, quanto pelas ditaduras militares instauradas nos mesmos espaços, por meio de práticas repressoras e excessivamente violentas. É neste contexto que situamos a vida religiosa feminina. Não a abordaremos, porém, de uma forma global, mas como vida religiosa feminina ativa, por possibilitar, de uma maneira mais evidente, a percepção de opções e práticas políticas e sociais.⁴

Apesar da noção trivial de obediência e abnegação atribuídas, comumente, à opção pela vida religiosa consagrada, na segunda metade do século XX ela impunha conflitos e escolhas. Além do conturbado momento político e social que assolava o Brasil e os países da América Latina, a própria Igreja Católica passava por um processo de reformulação institucional, oficializado pelo Concílio Vaticano II.

Instaurado quase um século após a realização do Concílio Vaticano I, que proclamou a infalibilidade do papa e reafirmou elementos dogmáticos da fé católica contra o materialismo e racionalismo, a realização do CVII ganhou espaço em mídias de caráter internacional, nacional e local. Como exemplo, podemos citar, em 30 de outubro de 1962, o *Jornal do Povo*, de Itajaí, SC, que noticiou a instalação

3 Na América Latina, em torno da Teologia da Libertação, articularam-se as formas mais explícitas da divergência entre religiosos no que se refere ao papel e atuação da Igreja. Importante salientar que a Teologia da Libertação não é resultado do CVII, afinal caminha dentro de outra proposta teológica. Apresenta-se não como renovadora, mas libertadora e, nesse sentido, revolucionária. Respalhada pela análise da situação social latino-americana, ela propunha-se a ser uma teologia libertada dos moldes europeus e enquadrada a uma nova situação. Inspirada na idéia do êxodo bíblico, da luta de um povo escravizado por sua libertação; tal teologia era antes uma reflexão religiosa e espiritual do que um discurso social e político, no entanto, as presentes preocupações sociopolíticas são fundadoras dessa nova teologia. Para uma discussão detalhada sobre a Teologia da Libertação, cf.: LOWY, Michael. A guerra dos deuses. GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da libertação*. BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder*.

4 Por vida religiosa feminina ativa compreendemos tanto as religiosas tradicionais de vida ativa, cuja atuação ocorre em colégios, hospitais, pastorais, usando ou não o hábito religioso, e sem necessariamente uma atuação nos meios populares, quanto as religiosas inseridas, cuja atuação ocorre em meios populares e periferias. Tal nomeação se dá normalmente em função da natureza de suas atuações. Para maiores detalhes, cf. FERNANDES, Sílvia R. A. *Pesquisa sobre vida religiosa feminina*. Disponível em: <<http://www.ceris.org.br/antigo/pesquisa-sobre-vida-religiosa-feminina.html>>. Acesso em: 20 jun. 2014.



de um novo Concílio Ecumênico. “O papa da paz” foi o título da matéria de meia página publicada pelo semanário que ressaltou, por um lado, a pompa e o esplendor medieval e, por outro, a presença de inovações como controle remoto para votações e transmissão dos trabalhos pela televisão, via satélite Telstar, pontuando estes últimos como indicativos das atualizações que atingiam a Igreja Católica.⁵

Inaugurado pelo papa João XXIII, em 11 de outubro de 1962, com o objetivo declarado de renovação pastoral, o Concílio foi alvo de críticas e desavenças dentro da própria Igreja. Incertezas sobre os procedimentos e as agendas de discussão geraram tentativas de sabotagem e posicionamentos preocupados como o do cardeal Montini (de Milão) que, alarmado, comentou: “Esse santo homem não percebe que está mexendo em um vespeiro”,⁶ ou o do cardeal Lercaro (de Bolonha) que qualificou o anúncio do Concílio como sinal de imprudência e inexperiência.⁷ Reações adversas como a consternação ou o entusiasmo antecedem a 1962, uma vez que o anúncio do Concílio foi feito em 1959. Ao longo de quatro anos foi contabilizada a participação média de 230 bispos brasileiros. O papa João XXIII, ao convocar as reuniões conciliares, ressaltou a necessidade de renovar a Igreja Católica, tanto em sua estrutura como em sua função pastoral. Tal necessidade não foi, certamente, fruto apenas de sua vontade, mas da forma como a Igreja se posicionava perante a sociedade de então.⁸

O Concílio Vaticano II apresentava-se, portanto, com o objetivo de renovar a Igreja enquanto instituição, para torná-la presente. A contemplação e a noção de *fuga mundi*, que implicava em uma separação do mundo na busca pela santidade, característica daqueles e daquelas que optavam pela vida religiosa, deveria ser repensada, afinal a Igreja, a partir de então, direcionou sua atuação para junto da sociedade, do “povo de Deus”.

Entre as formas de atuação possibilitadas, situamos a vida em inserção que, de forma genérica, consistia em abandonar os muros do convento e viver em pequenas comunidades, em contato direto com o povo. Essa proposta, porém, não obteve aceitação unânime ou absolutamente pacífica.

Apesar das desavenças, um considerável número de religiosas assumiu a vida inserida e o trabalho em comunidades. Segundo Maria José Rosado Nunes, referindo-se às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), “as religiosas foram não somente as mais numerosas (...), mas também, a qualquer outro fator que se possa compará-las, as mais eficazes no estabelecimento de comunidades nos bairros pobres das cidades”.⁹ Essa nova forma de vivenciar a vida religiosa, pela atuação nas pequenas comunidades inseridas e nas CEBs, tornou muito mais

⁵ O papa da paz. *Jornal do Povo*. Itajaí. 30 out 1962. Não paginado.

⁶ Cf. DUFFY, Eamon. *Santos e pecadores*. p. 271.

⁷ SOUZA, Ney de. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II.

⁸ Para uma descrição das etapas de realização do concílio, cf. CUBAS, Caroline Jaques. *O corpo habituado*.

⁹ NUNES, Maria José Rosado (1997). *Freiras no Brasil*. p. 504.



nítidas as desigualdades social, de classe e gênero. Nesse sentido, iniciaram-se trabalhos de conscientização no interior dessas comunidades. Marili Bassini, em trabalho sobre a atuação de mulheres nas CEBs, indica que estas tiveram participação destacada em tais movimentos, como participantes da luta contra a ditadura e pela abertura política no Brasil.¹⁰ A proximidade com os problemas concernentes às classes populares fez com que algumas irmãs assumissem como seus os mesmos problemas. Dessa forma, a tensão política e social dos anos de ditadura não passou despercebida. Segundo Lowy, “um setor significativo da Igreja – tanto fiéis, como clero – na América Latina, mudou de posição na área de lutas sociais, passando, com seus recursos materiais e espirituais, para o lado dos pobres e de sua luta por uma sociedade nova”.¹¹

Existem inúmeras referências às relações entre a Igreja e os governos militares, sejam elas de embate ou colaboração, nos periódicos da época e em trabalhos de pesquisa acadêmica. Tais referências citam a importância da participação de padres seculares, bispos e religiosos nas lutas pelos direitos humanos, especialmente contra a prática das torturas, e reivindicando o paradeiro de desaparecidos políticos. Em relação às religiosas, porém, raramente encontramos uma reflexão que demonstre consistentemente como foi esta participação. Ainda que sejam citadas, normalmente aparecem como coadjuvantes, sendo comum encontrarmos um hiato significativo a respeito de suas ações. São conhecidos casos como os de d. Paulo Evaristo Arns, d. Ivo Lorscheiter, d. Pedro Casaldáliga, Frei Betto, d. Hélder Câmara (apelidado de “bispo vermelho”) e d. Marcelo Pinto Carvalheira entre tantos outros. Sobre as religiosas, no entanto, faltam-nos os casos exemplares. O “Brasil Nunca Mais” apresenta em detalhes o processo de irmã Maurina, presa, torturada e exilada, mas, no que se refere aos números, das cento e vinte e duas prisões de padres, bispos e religiosos que ocorreram entre 1968 e 1978, nove foram bispos, oitenta e quatro sacerdotes, treze seminaristas e irmãos e apenas seis irmãs.¹² Estes dados tornam-se bastante curiosos quando sabemos que as religiosas tiveram participação massiva nas CEBs, organizando grupos de reflexão e conscientização. Ora, se estes podem ser considerados movimentos sociais de embate ao contexto político da época, como considerar a participação destas irmãs senão como igualmente combativas? Acreditamos, dessa forma, na possibilidade de pensar a resistência para além destes números.

Resistir é verbo. É ação. Como tal, pode ser conjugado das mais diferentes maneiras. Segundo Olívia Joffily, estas formas de resistência podem ser constatadas no apoio aos entes queridos, na participação direta em estruturas partidárias, na luta armada, nas dores da tortura e na solidão do exílio.¹³ Daniel

¹⁰ BASSINI, Marili. Entre discursos e representações: uma leitura da participação religiosa das mulheres nas comunidades eclesiais de base no Brasil, 1960-1980. p. 1-23.

¹¹ LOWY, Michael, op. cit., p. 12.

¹² Documento denuncia agressões conta a Igreja. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jan.1979. p. 4.

¹³ JOFFILY, Olívia R. *Esperança equilibrada*. p. 97.

Lins se refere à resistência como uma reinvenção da vida, possibilidade de criação e transformação de determinadas situações. Na resistência, dizer é fazer. Acrescentamos que sob determinados aspectos, calar também.

Em estudo basilar sobre a vida religiosa nos meios populares, Maria José Rosado Nunes afirma que “limites socioculturais sofridos pela mulher religiosa na Igreja e na sociedade (...) impediram que as freiras tivessem uma participação política consciente nos acontecimentos vividos no país a partir de 1964”.¹⁴ Entretanto, o mesmo estudo apresenta uma série de depoimentos nos quais religiosas falam explicitamente da não separação entre política e fé; da necessidade de se opor à miséria, fome e salários baixos, da repressão; e da participação em projetos democráticos que rejeitem estruturas postas.¹⁵ Nesse sentido, perguntamos: esses projetos não seriam também uma forma de resistir? De acordo com Pierre Laborie:

Entre milhares de exemplos é a ideia que temos da Resistência que determina o estabelecimento de sua cronologia, que inspira as questões sobre o papel e a estratégia das organizações, que direciona análises sobre o significado dos comportamentos coletivos, a influência dos destinos individuais ou sobre a compreensão das escolhas entre um e outro. Baseia-se na ideia que temos de resistência que se concebe e ordena o estudo de suas relações com os camponeses, mulheres, judeus, estrangeiros, comunistas, cristãos, funcionários de Vichy, franceses comuns etc.¹⁶ [Tradução nossa]

Se tomarmos a resistência à ditadura apenas em termos de luta armada, talvez a utilização do termo pareça imprópria, no entanto as especificidades da condição institucional das religiosas e de suas respectivas ações remetem-nos a diferentes possibilidades de interpretação da ideia de resistência. Tal perspectiva é inspirada pela vasta produção historiográfica francesa a respeito da resistência civil sob o governo colaboracionista de Vichy, na França, durante a Segunda Guerra. A necessidade de se discutir o conceito, de forma mais ampla, surgiu da compreensão de resistência como um fenômeno excepcional que toca não apenas as condutas individuais e coletivas, mas todo o funcionamento de um corpo social. Nesse sentido, a resistência passa a ser pensada como reveladora de forças, tensões e fraturas na sociedade.¹⁷ Jacqueline Saincliver chama a atenção para as dificuldades de

¹⁴ NUNES, Maria José Rosado (1985). *Vida religiosa nos meios populares*. p. 102.

¹⁵ Ibidem, p. 173-175.

¹⁶ LABORIE, Pierre. L'idée de résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement. “Entre mille exemples, c'est l'idée que l'on se fait de la Résistance qui détermine l'établissement de sa chronologie, qui inspire les problématiques sur le rôle et la stratégie des organisations, qui oriente les analyses sur le sens des comportements collectifs, sur l'influence des destins individuels ou sur la compréhension des choix chez les uns et les autres. C'est en fonction de l'idée que l'on se fait de la Résistance que se conçoit et s'ordonne l'étude de ses rapports avec les paysans, les femmes, les juifs, les étrangers, les communistes, les chrétiens, les fonctionnaires de Vichy, les français ordinaires etc.”

¹⁷ Cf. Le Cahiers de l'IHTP. *Cahier*, n. 37, La résistance et les français: nouvelles approches, déc. 1997.



se trabalhar o conceito de resistência por considerá-lo um fenômeno movediço e cambiante, sempre em busca de adaptação e que, por este motivo, deve-se sempre considerar os objetivos das resistências, os quais nascem das identidades de seus membros e estão ligados a objetivos políticos e sociais.¹⁸ Na mesma linha que Saincliver, François Marcot ressalta que, do ponto de vista dos atores, devemos interrogar as intenções que impelem alguém a resistir, compreendendo que tais intenções referem-se a valores, objetivos e estratégias.

Essa pluralidade das possibilidades de resistências, que observamos na França e no Brasil, por exemplo, podem ser pensadas também a partir de Foucault, pois “onde há poder há resistência” e estas se dão no plural, afinal “pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder.”¹⁹ A resistência acaba, dessa forma, por possibilitar as relações de poder, do contrário seriam relações de obediência. Se pensarmos o poder de forma difusa e relacional, estabelecido pelos vetores verticalizados, as resistências podem, então, assumir novas facetas.

Neste trabalho propomos, então, a realização de uma análise da vida religiosa feminina no Brasil, durante os anos da ditadura militar, a partir das transformações institucionais e às possibilidades de participação em movimentos organizados ou ações isoladas de resistência ao regime estabelecido a partir de 1964. É importante ressaltar o fato de que trabalhar com a problematização da vida religiosa feminina não permite generalizações. Estaremos aqui abordando prioritariamente o caso de irmãs que abraçaram a idéia da vida inserida ou do estabelecimento de uma maior proximidade com o “povo de Deus”, conforme pontuado anteriormente. Existiu, por outro lado, um grande número de irmãs que discordavam das prerrogativas do CVII ou que simplesmente preferiam continuar a seguir as regras e os trabalhos que já vinham sendo realizados em suas congregações.

Além de pensar a vida religiosa feminina no Brasil sob o viés da resistência, destacamos que a categoria de gênero é definidora das reflexões aqui apresentadas, tanto para a compreensão das relações de poder estabelecidas dentro da instituição eclesial, quanto para a análise das formas pelas quais as freiras foram mencionadas pelos periódicos em suas relações possíveis com movimentos de resistência e contestação. A adoção desta categoria justifica-se porque, segundo Joana Maria Pedro e Rachel Sohiet a respeito do trabalho fundador de Joan Scott:

“gênero” dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, aspecto essencial para “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo

¹⁸ SAINCLIVER, Jacqueline. *Sens et formes de la Résistance française*.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. p. 91.





sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”. Estas foram algumas de suas contribuições. Acresce-se a significação, emprestada por esses estudos, à articulação do gênero com a classe e a raça/etnia. Interesse indicativo não apenas do compromisso com a inclusão da fala dos oprimidos, mas também da convicção de que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme esses três eixos.²⁰

Neste sentido, no que concerne à vida religiosa feminina (VRF), vale lembrar que, mesmo proferindo os votos perpétuos, a irmã não é ordenada como um padre e, portanto, não está apta a ministrar os sacramentos. Não participa de sínodos e das definições mais significativas dentro da Igreja. Seus espaços de atuação, em nome dessa instituição, que restringe sua participação de forma veemente, estão relacionados à ação pastoral, em comunidades de base, escolas, asilos e hospitais.

A participação das mulheres no mundo eclesiástico foi consistentemente discutida por Uta Ranke-Heinemann em seu trabalho *Eunucos pelo reino de Deus*. Para Ranke-Heinemann, “a história do cristianismo é quase a história de como as mulheres foram silenciadas e privadas de seus direitos.”²¹ Por meio da análise de textos bíblicos, cartas e encíclicas papais, a autora discorre sobre a incoerência dos posicionamentos católicos a respeito da mulher e da sexualidade feminina respaldada nestes textos, igualmente incoerentes. Ela demonstra, ao longo do trabalho mencionado, como a mulher, a princípio, participava ativamente das atividades da Igreja exercendo até mesmo a função de pregadoras durante a liturgia, tal qual homens. Aos poucos a mulher pregadora foi desaparecendo do cenário eclesiástico, sendo restrita cada vez mais aos espaços domiciliares e aos cuidados relativos a este, pelo argumento de que “fazer das mulheres sacerdotisas seria um erro de impiedade pagã”,²² afinal, dentre várias mulheres possíveis, os doze apóstolos foram escolhidos apenas entre homens. Dessa forma, ao analisarmos aspectos da vida religiosa feminina no Brasil, concordamos com Maria José Rosado Nunes na afirmação de que a vida consagrada não pode ser analisada fora do contexto social e eclesial em que se realiza.²³ Ao avaliar os impactos do feminismo nos estudos de religião, é também Rosado Nunes quem indica a possibilidade de “se interrogar as religiões do ponto de vista das relações sociais entre os sexos, ou do gênero”,²⁴ acrescentando como uma das questões fundamentais para o campo de estudo das religiões a “compreensão da maneira pela qual atividades

²⁰ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 jul. 2012.

²¹ RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo reino de Deus*. p. 140.

²² Ibidem, p. 145.

²³ NUNES, Maria José F. Rosado (1985), op. cit.

²⁴ NUNES, Maria José F. Rosado (2001). O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. p. 79-96.



simbólicas – crenças, ritos e discursos religiosos – que parecem escapar à diferenciação sexual, são, na verdade, moldadas por ela”.²⁵

Na medida em que a proposta norteadora deste trabalho baseia-se no argumento de que, apesar de pouco conhecidas, um considerável número de freiras atuou efetivamente na contestação à ditadura militar, ou aos aspectos resultantes desta, criando possibilidades de resistência a partir de suas condições institucionais, recorreremos à categoria de gênero, proposta pelo texto seminal de Joan Scott como respaldo teórico. Esta categoria remete à ideia de que as formas de se compreender aquilo que é considerado característico do masculino e do feminino possuem historicidade, assim, o gênero pode ser compreendido como um elemento constitutivo das relações sociais. Uma vez que sua definição envolve diferentes símbolos, conceitos, normas, políticas e instituições, é nela que nos amparamos para analisar seus efeitos nas relações sociais. No caso das freiras, o espaço que (não) ocupam na Igreja Católica pode ser compreendido através de relações de gênero, uma vez que o “ser mulher” foi diversas vezes utilizado como justificativa para recorrentes exclusões e atribuições. Acreditamos então, assim como a teóloga Ivone Gebara, que o gênero está relacionado às instituições, estruturas e práticas que pautam nossas relações sociais e de poder.²⁶ A respeito da utilização da categoria de gênero no estudo das religiões, Ana Maria Bidegain afirma que:

(...) a incorporação da categoria de gênero, cruzada com as de classe e etnia, não só é útil para a elaboração da história das religiões, é também uma chave essencial para a compreensão da história invisível das mulheres nas religiões e suas relações com todas as formas de estruturação do poder.²⁷

Ao falarmos sobre as freiras, devemos considerar estas interseções, pois, afinal, ainda que assumam uma vida devota e consagrada à Igreja, suas identificações de gênero, classe e etnia acabam por pautar suas ações e posições em uma Igreja que passava por transformações. Podemos perceber que, ao mesmo tempo em que as modificações sugeridas pela instituição traziam conflitos e, portanto, implicavam em resistências (por parte daquelas que aderiram ou não às mudanças), o contexto político-social impunha outras. A resistência prevê a criação de uma nova relação consigo, portanto os hábitos da resistência não se referiam unicamente ao regime de exceção e ao recrudescimento da ditadura militar, mas também a como ser freira, aos sentidos atribuídos à vida religiosa feminina naquele momento particular.

Para pensarmos efetivamente sobre essas questões, as fontes são elementos imprescindíveis. Obtivemos a maior parte do material para nossas reflexões da ampla pesquisa bibliográfica que nos forneceu informações sobre o

²⁵ Ibidem, p. 90.

²⁶ GEBARA, Ivone. Corporeidade e gênero. p. 99-123.

²⁷ BIDEGAIN, Ana Maria. Gênero como categoria de análise na história das religiões. p. 28.

objeto pesquisado: documentos eclesiásticos publicados a partir do Concílio Vaticano II e das conferências episcopais latino-americanas, documentos em arquivos diversos (especialmente aqueles cujo acesso vêm sendo gradativamente disponibilizado em projetos como o Memórias Reveladas), processos integralmente disponibilizados no projeto Brasil Nunca Mais e de periódicos. A leitura e análise de periódicos ganha grande espaço neste trabalho, uma vez que é por meio deles que podemos observar o que, e de que forma, se falava a respeito das relações entre a Igreja e o regime militar e, especialmente, das mudanças e transformações no “jeito de ser freira” que se constitui a partir de então. É necessário atentarmos à maneira como os jornais e revistas falavam a respeito das freiras – ressaltavam determinados aspectos e possibilitavam a construção/circulação de discursos pautados em posicionamentos políticos e/ou ideológicos. Antecedendo tais análises, porém, uma constatação (relativamente simples) deve ser lembrada: entre os anos de 1960 e 1985 as freiras foram notícia e, não raras vezes, ilustraram páginas de jornal e revista. Este é certamente o primeiro elemento a chamar-nos a atenção. Não encerra a pesquisa, certamente, porém incita a curiosidade. Antônio Nóvoa afirma que “a análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas, também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo em que denunciam situações do presente”.²⁸ Na tentativa de apreender ao máximo a variedade destes discursos, recorreremos aos periódicos de grande circulação, como a revista *Veja* e jornais como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, além destes, imprensa de circulação regional, a partir da qual levantamos referências feitas às freiras nestes veículos de comunicação. A consideração das especificidades destes periódicos é desenvolvida à medida que os mesmos são ressaltados ao longo do texto.

Ainda a respeito da imprensa, um acervo importantíssimo para a realização desta pesquisa foi encontrado na Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), em Nanterre, França. Lá, tivemos acesso ao primoroso fundo de documentos e recortes organizado pelo padre Charles Antoine, conhecido pelo forte envolvimento com a América Latina e em especial pela divulgação, na França, a partir de 1971, de fatos e documentos relacionados aos governos ditatoriais latinoamericanos por meio do informativo *Diffusion de l’information sur l’Amérique Latine* (Dial). No acervo do padre Antoine, além de documentos valiosos, deparamo-nos com vários recortes de jornais brasileiros, organizados por data, que ressaltavam as relações entre os religiosos e religiosas e as questões político-sociais. Para ilustrar a dimensão do acervo, o fundo F delta 1837/01, que se refere apenas ao Brasil, conta com 110 caixas-arquivo, nas quais encontramos 357 dossiês variados.

²⁸ NÓVOA, Antônio. *A imprensa de educação e ensino*. p. 11.

Ainda na França, outro arquivo cuja referência faz-se obrigatória é o Archive d'Église de France, cujo acesso foi obtido pelos contatos estabelecidos na Conférence des Évêques de France. Foram colocadas à nossa disposição inúmeras pastas sobre a Igreja no Brasil, nas quais encontramos preciosas informações sobre a trajetória de Alice Domon e Léonie Duquet (freiras francesas assassinadas pela ditadura argentina – caso de grande repercussão na mídia brasileira), além de diversas publicações sobre a atuação de freiras em movimentos sociais e, em especial nas questões relacionadas ao acesso à terra e a preocupação com melhorias nas condições de vida das populações indígenas. Em Paris e Nantes, visitas aos Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères possibilitaram o acesso a relatórios e correspondências entre as embaixadas da França e do Brasil, nos quais percebemos uma forte apreensão no que se refere à situação político-social da América Latina e aos religiosos e religiosas francesas que viviam como missionários na região.

Além de periódicos, alguns depoimentos e contatos foram fundamentais no sentido de descrever situações envolvendo a atuação de religiosas e mesmo indicar algumas com as quais pudemos estabelecer contatos. Na França, o padre Charles Plancot, pároco de Alice Domon na Argentina, auxiliou-nos a localizar Arlette Welty-Domon, que, por meio de seu livro, possibilitou-nos o acesso a cartas enviadas por Alice, dias antes de sua prisão. No Brasil, Frei Betto ajudou-nos grandemente ao confirmar nossa hipótese sobre participações políticas e sociais de religiosas durante a ditadura militar e ao elencar inúmeras ações realizadas por irmãs neste período. Além disso, favoreceu o contato com as irmãs Maria Valéria Rezende, uma das responsáveis pela divulgação e publicação de suas *Cartas da prisão*, ainda em 1971, e Linda Bimbi, que antes de ser religiosa foi militante do Partido Comunista Italiano e teve atuação fundamental no estabelecimento do Tribunal Permanente dos Povos.

Em sua estrutura, este trabalho se divide em quatro capítulos: “Mudanças de hábitos: transformações visíveis e novos sentidos para a vida religiosa feminina” é o primeiro deles e nele abordamos as transformações institucionais ocorridas na Igreja Católica na década de 1960 e a forma como tais transformações afetaram as mulheres. Para tanto, além de realizarmos uma leitura sobre os sentidos atribuídos nos documentos episcopais, nossa atenção se volta para os periódicos (revistas e jornais) e a forma como apresentam as “novidades” relativas às mulheres da Igreja. É importante considerar que, entre inúmeras notas e reportagens, as questões mais recorrentes giram em torno do uso do hábito religioso, da vida em inserção e das novas possibilidades de trabalho que são oferecidas às religiosas, especialmente a partir do CVII. Além destas questões, a participação em movimentos sociais aparece de forma crescente nos últimos anos da década de 1960. Este capítulo se divide em: “A Igreja Católica e a vida religiosa feminina no século XX”; “As mudanças institucionais nas páginas de revistas e jornais”; “O hábito religioso e suas significações”; “Tempos de emancipação”; e “Uma virada social: em busca de novos rumos”.



Os capítulos 2, 3 e 4 são diretamente orientados para as relações entre as freiras e o contexto político e social estabelecido a partir da instauração da ditadura civil-militar, em 1964. No capítulo 2 “O social, o político, o religioso: enfrentamentos” abordaremos formas de atuação social por parte das religiosas que, de alguma maneira, apresentavam oposição ao regime militar (ou a elementos que este impunha) e que receberam bastante atenção por parte das mídias impressas. Tais atuações foram especialmente percebidas por mudanças realizadas em instituições escolares e pela participação de freiras nas passeatas da segunda metade dos anos 1960, especialmente em apoio às mobilizações estudantis. Este capítulo se subdivide em: “Igreja e Estado: breves considerações a partir da imprensa”; “Freiras subversivas em espaços escolares?”; “Era evidente que os padres de passeata e as freiras de minissaia eram cristãos sem Deus, sem missa e sem orações”.

Já o capítulo 3, “Freiras e a ditadura civil-militar: recrudescimento e lutas democráticas”, apresenta relações mais próximas e efetivas daquilo que consideramos possibilidades de resistência. Neste capítulo, a partir de fontes diversificadas, acompanhamos a trajetória das irmãs que ofereceram abrigo e solidariedade a perseguidos políticos, que foram responsáveis pela divulgação no exterior das atrocidades no que diz respeito aos direitos humanos e que participaram de lutas sociais, de uma forma mais geral. Este capítulo apresenta as seguintes subdivisões: “Abrigo e solidariedade”; “A divulgação da tortura e da repressão”; “Lutas sociais como forma de resistir”.

No capítulo 4, “A exacerbação da violência”, analisaremos casos que ganharam ampla divulgação nas mídias, como o da mãe Maurina da Silveira, presa, torturada e exilada pela ditadura brasileira e o das freiras francesas Léonie Duquet e Alice Domon, congregadas das Missões Estrangeiras de Paris, sequestradas pela ditadura argentina em dezembro de 1977 e lançadas ao mar em um “vôo da morte”.

Falar das freiras é trazer a tona personagens que, encerradas em pesados hábitos ou narradas pelos homens da Igreja, foram, durante séculos, coadjuvantes na escrita da história. A emergência de uma História Social, que proponha “dar voz”²⁹ a personagens antes caladas por escritas pautadas em documentos oficiais, comumente produzidos por homens, permitiu-nos atentar para a necessidade de narrar outras histórias. A história cultural, e para além dela, a incorporação de teorias e metodologias de outros campos como antropologia, linguística, filosofia, psicologia e sociologia, possibilita-nos estender nossas análises, não para a busca da verdade dos fatos históricos, mas para a forma como estes foram efetivamente transformados em fato, como foram narrados e que sentidos foram atribuídos, em diferentes momentos. Se a leitura deste trabalho possibilitar novos olhares, incitar dúvidas e realocar estas mulheres como sujeitos históricos, com agenciamentos diversos e participação efetiva, além do que é descrito em textos e números oficiais, consideraremos que nossa tarefa, neste momento, estará cumprida.

²⁹ THOMPSON, Edward P. A história vista de baixo. p. 185-201.

